

37º Encontro Anual da ANPOCS

ST01

Desenvolvimento: debate contemporâneo, experiências e projetos

Construção social de mercados e políticas públicas de desenvolvimento:
uma aproximação teórico-empírica.

Oswaldo Gonçalves Junior

Construção social de mercados e políticas públicas de desenvolvimento: uma aproximação teórico-empírica.

O artigo se divide em três partes: a primeira, teórica, voltada para compreensão da perspectiva da Sociologia Econômica e sua inserção no rol de outras correntes teóricas, sobretudo no que tange às relações entre Estado e Mercado; uma segunda, na qual se introduz o tema da *construção social de mercados*, conceito-chave da Sociologia Econômica; e, por fim, uma terceira parte na qual são apresentados elementos empíricos que são confrontados com as duas primeiras partes, referenciais teóricos do artigo.

Sociologia Econômica, Estado e Mercado(s)

Tomando duas vertentes clássicas do pensamento social, Estado e Mercado ocupam lados opostos. De um lado, o *laissez-faire* do liberalismo econômico procura enfatizar os constrangimentos negativos que causa o Estado sobre aspectos como a livre iniciativa, ainda que ele garanta, com seu arcabouço institucional, o direito à propriedade privada. Não por acaso, para a corrente oposta, ganha força a ideia de um Estado como aparelho a serviço de uma classe dominante. Nesse sentido, sob a perspectiva do materialismo dialético de Marx considera-se a tomada do Estado (pelo proletariado) uma condição processual para se romper com esta dinâmica fundada na desigualdade entre classes, produto das dinâmicas do Mercado.

No século XX, ao passo que se fortalece o papel central do Estado no bloco socialista, a Crise de 29 e a emergência do *welfare state* inaugurarão um novo período de embates entre prós e contras, por “mais” ou por “menos” Estado no Ocidente capitalista. Para uma vertente, o Estado será o instrumento através do qual será possibilitada a transformação social, sendo necessário, para isso, seu fortalecimento para uma atuação ampla voltada para regulação econômica e para promoção do bem estar social. Em sentido inverso, o intervencionismo de Estado será combatido em favor da livre iniciativa, sob uma perspectiva em que a dinâmica do mercado assumiria a função de garantir a vitalidade da economia e determinar o posicionamento social de cada indivíduo.

Não obstante, a história contemporânea mostrará que, ainda que um ideário como esse possa permear o imaginário social, não são raros os exemplos em que se expõem

arranjos entre Estado e Mercado que acabam colocando em suspeição um maior apartamento entre ambos. Em outras palavras, a dimensão ideológica perderia força frente a um pragmatismo que acinzentava as fronteiras entre as vertentes pró ou contra Estado. Exemplo maior disso seriam as chamadas “crises cíclicas do capitalismo”, em que a “livre iniciativa” pede socorro ao “intervencionismo estatal”, como o demonstra a história recente.

Mas fato é que episódios desse tipo não devem ser vistos como inusitados quando se parte do princípio que não existe um “mundo econômico” acima do mundo real. Polanyi, em sua clássica obra *A grande transformação* (1944), já chamara a atenção para o processo que passa a ocorrer numa economia em que um capitalismo virtual começa a se descolar da vida material concreta. Se existe um “mundo econômico” à parte, isto se dá pela sua crescente virtualidade e não por seu isolamento enquanto fenômeno caracterizado por uma racionalidade própria que conduziria a um inexorável equilíbrio, como o queriam os clássicos liberais. E um dos maiores méritos de Polanyi será chamar a atenção para o papel preponderante que indivíduos e organizações exercem na conformação da economia, em seu papel construtor de um fenômeno essencialmente social, que transcende o próprio capitalismo. Nesse sentido, não existiriam práticas econômicas (nem Mercado, portanto) que não fossem permeadas pela política e por outros valores sociais que o conformariam.

De forma cabal, Polanyi afirmará ser o Estado o promotor da *grande transformação* num processo através do qual se constrói a submissão da sociedade ao Mercado por meio de um pacto político altamente intervencionista – no qual o Estado desempenha papel central, de forma consciente e às vezes violenta – não sendo o progresso e o equilíbrio resultantes da “mão invisível” como pretende fazer crer o liberalismo econômico. Não obstante, de maneira paradoxal, difunde-se que todo comportamento contrário àquilo entendido como racionalidade econômica seria visto como interferência externa, decorrendo dessa percepção um entendimento dos mercados como instituições naturais, que surgiriam espontaneamente se apenas se deixassem os seres humanos em paz.

Nada seria mais natural, portanto, do que um sistema econômico que consistia em mercados sob o controle único dos preços de mercado, e uma sociedade humana baseada em tais mercados seria, assim, o objetivo de todo o progresso. (POLANYI, 2000, p. 290).

Como conclui Polanyi, “o comportamento do homem, tanto em seu estado primitivo como através do curso da história, foi praticamente o oposto do comportamento implícito nessa perspectiva” (POLANYI, 2000, p. 290).

Baseado nessas constatações, Polanyi chamará a atenção para o engano que é pensar que a “mentalidade de mercado” sempre tenha existido, visão errônea motivada pela confusão que se faz entre circulação de bens com troca mercantil. Nesse sentido, pode-se afirmar que a existência de mercados não se restringe ao sistema capitalista, nem tampouco as trocas motivam-se exclusivamente pelo interesse econômico.

Essa premissa não é nova e não deve causar estranheza, sobretudo no campo das ciências sociais. No clássico *Os argonautas do Pacífico ocidental* (1922), Malinowski, considerado um dos fundadores da antropologia, mostra como no *kula*, sistema de trocas que exerce influência fundamental na vida e nas instituições dos habitantes de ilhas do Pacífico Sul, inexistente a noção de posse permanente dos objetos trocados, prevalecendo a reciprocidade mediante a consciência da necessidade de sua circulação.

Um ano depois, Mauss lançou a obra *Ensaio sobre a dádiva* (1923), na qual expôs seu entendimento da constituição da vida social por um constante dar-e-receber. A dádiva seria assim fundamento de toda sociabilidade e comunicação humanas, sendo sua presença em variadas formas de institucionalização observadas em diferentes sociedades capitalistas e não capitalistas (LANNA, 2000).

Ambos os autores são caudatários de Durkheim, autor que em *Da divisão do trabalho social* (1893), procurou mostrar a dependência social de uns para com os outros expressa no conceito de “solidariedade orgânica”, ponto crucial de sua teoria sociológica. Nela, cada indivíduo desempenha uma função própria e a consciência individual formada socialmente (já que a sociedade a precede) não se traduz como sinônimo de egoísmo – como no individualismo utilitarista – mas como comunhão de ideias e partilha de um mesmo conjunto de regras, dado o fato dos indivíduos estarem ligados uns aos outros e, ao invés de independentes, ajustam seus esforços e formam laços sociais. Durkheim entende que os efeitos econômicos que a divisão do trabalho proporciona são de menor monta ao lado do efeito moral que produz, criando entre duas ou mais pessoas um sentimento de solidariedade, esta sim sua verdadeira razão, que alimenta o sentimento de dependência recíproca. Daí que

ela está além dos interesses puramente econômicos, consistindo numa ordem social e moral que se estende por meio de uma solidariedade que não age somente nos curtos períodos em que se trocam serviços.

No bojo dessas perspectivas, engrossada por contribuições de autores como Weber – que preocupado com o sentido da ação social, mostrará que aquelas puramente racionais representam apenas uma parcela daquilo que dá sentido a ação dos sujeitos – nasce a Sociologia Econômica no final do século XIX, em parte como reação à hegemonia da teoria econômica marginalista, criticando suas limitações e denunciando seus pressupostos teóricos e metodológicos. Sem se limitar a este papel crítico, no entanto, a Sociologia Econômica procura aplicar seu próprio modelo analítico ao estudo dos fenômenos econômicos (RAUD, 2005a). Sob essa ótica, a relação mercantil é tida como uma relação social, numa análise sociológica do mercado que considera a dimensão socializadora da relação mercantil em que os atores econômicos não levariam em conta somente seus interesses próprios, mas também o contexto institucional (RAUD, 2005a).

Para Polanyi, sendo o movimento de descolamento e supremacia do mercado que se constitui e passa a corroer a sociedade, localizado no tempo, a atividade econômica sempre esteve integrada ao mundo social. Com a prevalência da sociedade de mercado, a esfera econômica é *desenraizada*, ao contrário do que ocorria anteriormente quando então a economia estava *imersa* nas relações sociais.

A retomada da perspectiva trazida por Polanyi é importante, sobretudo porque faz perceber algo no geral esquecido com o caminhar da história contemporânea, fomentando um senso comum que enxerga os fenômenos econômicos, imersos numa dinâmica própria e a salvo de maiores influências (“externalidades”), independentes do papel inventor do ser humano. Não por acaso, para a teoria econômica ortodoxa, o Mercado é algo singular, que obedece a leis mecânicas que se reproduzem indistintamente em diferentes contextos, justificando-se a metáfora da “mão invisível”. Sob essa ótica, práticas econômicas e de Mercado seriam fenômenos cujo surgimento teria grande dose de espontaneísmo.

Contrária a essa visão e consoante com Polanyi, a Sociologia Econômica considera que as relações sociais se entrelaçam com a vida econômica no processo de formação dos mercados. Não por acaso, diferente da corrente econômica ortodoxa, utiliza o termo

“Mercado” com letra minúscula e no plural – *mercados* – já que seriam fenômenos localizados no tempo e no espaço, sujeitos a uma série de enredamentos indissociáveis que os tornam produtos diretos da ação humana. Resultariam de processos de “invenção social”, como preconizou Polanyi (GARCIA-PARPET, 2003, p.1).

De acordo com Swedberg (2004), sob essa perspectiva, ao invés de puramente econômicos, entende-se que todos os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza. Para ele, de forma concisa, a Sociologia Econômica pode ser definida como a “aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos” (SWEDBERG, 2004, p.1). Remetendo a Weber, Swedberg afirma que este ramo das ciências sociais

[...] estuda tanto o setor econômico na sociedade (“fenômenos econômicos”) como a maneira pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade (“fenômenos economicamente condicionados”) e o modo pelo qual o restante da sociedade os influencia (“fenômenos economicamente relevantes”). (SWEDBERG, 2004, p.1).

A perspectiva de imersão da economia nas relações sociais será uma das contribuições mais perenes de Polanyi, sendo retomada tempos depois por Granovetter, autor inaugural da Nova Sociologia Econômica que, com o artigo *The strength of weak ties*, de 1973, analisa os vínculos interpessoais, procurando mostrar como as redes em que predomina uma interação entre laços fracos incidem sobre fenômenos sociais mais amplos como difusão, mobilidade social, organização política e coesão social.

O conceito de *embeddedness* (“imersão”) é abordado por Granovetter no artigo *Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness* (1985), em que o autor discute uma questão clássica da teoria social: como que as instituições e os comportamentos individuais são afetados pelas relações sociais. O autor procura analisar até que ponto a ação econômica está imersa nas estruturas das relações sociais. Para isso, separa a influência das relações sociais sobre os comportamentos e as instituições em concepções que identifica como sendo supersocializada, em que o sujeito tem pouca influência sobre a ação, sendo esta direcionada majoritariamente pela estrutura social, e uma concepção subsocializada, em que indivíduos atomizados recebem pouca influência das relações sociais.

Criticando ambas visões, Granovetter afirma que elas arrancam os atores do seu contexto social, sendo um correto entendimento realizado através do conceito de imersão, retomado a partir da noção de Polanyi, em que os indivíduos não agem nem de maneira totalmente autônoma nem de maneira impotente, sendo sim suas ações imbricadas em sistemas concretos, contínuos, de relações e redes sociais (RAUD, 2005b).

Não obstante essa forma de compreensão, Granovetter discorda quanto as intensidades com que Polanyi relaciona a imersão na sociedade de mercado e naquelas anteriores a esse domínio. Para Granovetter, tanto a imersão nas sociedades pré-mercantis teria sido menor do que o defendido por Polanyi, quanto teria havido uma menor modificação na passagem das sociedades tradicionais para a sociedade de mercado auto-regulado. Para Swedberg (2003), enquanto Polanyi introduz a noção de “incrustação” enfatizando a constatação da economia como parte orgânica das sociedades pré-capitalistas, Granovetter, com um objetivo quase oposto, procura mostrar que na sociedade capitalista as ações econômicas são, na verdade, ações sociais.

De forma geral, para Granovetter¹ (1990 apud STEINER, 2006), duas proposições fundamentais caracterizam sua perspectiva teórica na Sociologia Econômica:

[...] em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições sociais não brotam automaticamente tomando uma forma incontornável; elas são construídas socialmente.

Os enredamentos da ação no contexto social, com sua historicidade considerada, e a perspectiva de construção dos fenômenos sociais serão dois traços da Sociologia Econômica. Estando interrelacionados com a sociedade e a cultura, e constituído de redes interpessoais, esta visão sobre os mercados se contrapõem a ideia de um mercado no singular, como dito, generalizado e aplicável nos mesmos moldes a todos os contextos. Não por acaso Polanyi (2000, p. 292) dirá que “o fim da sociedade de mercados não significa, de forma alguma, a ausência de mercados”.

¹ GRANOVETTER, M. The old and the new economic sociology. In: FRIEDLAND, R.; ROBERT-SON, A.E. (Ed.). *Beyond the marketplace*. Aldine de Gruyter, 1990.

A ação e a estrutura também é foco das contribuições de Fligstein (2007), outro autor que fornece um instrumental valioso para avançar no entendimento do papel das redes e dos atores na conformação dos fenômenos sociais. Contraposto ao peso que assume a racionalidade dos agentes para algumas correntes da teoria econômica, o autor afirmará, não obstante, que na Sociologia clássica as pessoas são vistas como agentes da estrutura que possuem pouca independência para influenciar na constituição de seu mundo social. Segundo o autor, na renovação teórica dos últimos 20 anos, esse debate tem sido desenvolvido em torno de questões que relacionam a estrutura e os atores/agentes, estimulando novas reflexões sobre o “importante papel que as pessoas reais exercem na reprodução da vida social”. Isso implica em compreender como que, no processo social, atores e estruturas “estão envolvidos nos momentos de construção das instituições” (FLIGSTEIN, 2007, p.76).

Fligstein se insere nesse debate procurando desenvolver uma visão sociológica da ação, utilizando para isso um conceito que encontra suas raízes no interacionismo simbólico, identificado pelo autor de “habilidade social”. A ideia de habilidade social é que os atores induzem a cooperação dos outros, motivando-os a tomarem parte em uma ação coletiva, que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais (FLIGSTEIN, 2007). Segundo o autor, a ideia pode ser utilizada para compreender como identificar a contribuição distinta dos atores nesses processos. Para ele, o propósito de apresentar a ideia da habilidade social é fornecer um microfundamento sociológico, em oposição ao individualismo metodológico, para utilizar teorias neo-institucionalistas.

Segundo ainda o autor, girando a vida social em torno da obtenção de uma ação coletiva, os participantes dessa ação são induzidos a cooperar. Ainda que se utilize de coerções e sanções para compeli-los a isso, muitas vezes, no entanto, atores estratégicos hábeis proporcionam identidades e quadros culturais para motivar os outros. O autor afirma desenvolver essas ideias visando fornecer um conjunto de ferramentas para que os sociólogos empíricos, quando estudando a formação dos campos, ao longo da ampla variedade de cenários possíveis, possam melhor analisar o papel dos atores no surgimento, estabilidade e transformação de vários tipos de ordens sociais locais. Em outras palavras, essa abordagem permitiria melhor compreender como as ordens sociais locais são criadas,

sustentadas ou transformadas, em que condições e quando grupos em um campo podem criar novas ordens.

Criticando visões que hora tomam os atores como “receptores passivos das instituições”, “seguidores de roteiros” ou “atores sem interesses” (*neo-institucionalismo*), hora “conceitualizados como indivíduos, mesmo quando representam coletividades”, com “a natureza das arenas sociais e o papel dos atores em produzir, manter e assumir posições” sem o devido embasamento teórico (*teoria da escolha racional*), Fligstein (2007, p. 66-7) propõe uma concepção alternativa da ação. Nela, “os atores interessam porque alguns precisam ajudar os grupos a decidir quais são seus interesses e identidades e a se envolver em negociações entre grupos”. Para induzir à cooperação para formar instituições, os atores sociais devem ter a necessária habilidade. Quando presente nos atores-chaves, é essa habilidade social que permite que os grupos funcionem, possibilitando o surgimento e a reprodução das instituições.

Enquanto atores sociais hábeis, eles produziram “significado para os outros porque, ao fazê-lo, produzem significado para si mesmos”. Seu senso de eficácia, não obstante, não viria de alguma concepção estreita de interesse próprio, ainda que tendam a se beneficiar materialmente de sua habilidade, mas do ato de induzirem a cooperação e ajudarem os outros a alcançarem seus fins. Fazendo o que for necessário para induzir à cooperação, compreendendo melhor determinada situação e se utilizando da produção de significados compartilhados para os outros – processo que envolve a elaboração de “histórias” que apelem a identidade e aos interesses daqueles – os atores sociais hábeis se comportariam com motivações mais ou menos “opostas às dos atores racionais, que se limitam a buscar seus próprios interesses e metas em uma espécie de competição com os outros” (FLIGSTEIN, 2007, p.67).

Fligstein elenca alguns subcampos da Sociologia que versam sobre grupos organizados, que possuem certa identidade coletiva e razões para determinar regras para um espaço social específico, compostos por atores autoconscientes para organizar grupos com fins coletivos. Sendo aqueles passíveis de serem mais bem analisados a partir da perspectiva proposta pelo autor, entre eles estaria o subcampo da economia em que empresas e governos criam mercados. Neste, como outros subcampos citados pelo autor, enquanto arenas de ação,

possuiriam atores buscando a construção de instituições para orientar suas interações de forma que suas identidades e interesses coletivos possam evoluir, numa dinâmica em que a produção de identidades e ideias pelos atores visaria mobilizar o grupo para sua aceitação e adoção, buscando, em última instância, construir novos espaços sociais nos quais eles possam dominar ou prosperar.

De acordo com Fligstein, na dinâmica da teoria dos campos, a observação pelos pesquisadores dos processos de transformações ou surgimento de um campo torna necessária a identificação dos principais atores coletivos, seus recursos ou ferramentas disponíveis e regras que orientam suas possibilidades de ação. No caso da habilidade social, em que por vezes determinados atores buscam elaborar projetos institucionais alternativos para organizar o campo nas situações de instabilidade, o objetivo do analista deve ser o de identificar os principais projetos e quem são seus defensores. Não obstante, essas observações se deparam com o fato de que, para os atores, “empreendedores institucionais”, normalmente é pequeno o número de modalidades de instituições passíveis de serem criadas em um campo específico. A despeito disso, seja nas situações de maior estabilidade ou de instabilidade, enquanto grupos dominantes ou contestadores, os atores hábeis sobressaem-se na reprodução de um determinado poder social. Nas situações sociais mais turbulentas, seja numa crise ou com o surgimento de um campo, os atores sociais hábeis exercem um papel ainda mais visível, elaborando quadros alternativos para nova organização, propagando-os e convencendo outros a cooperarem, processo que culminaria quando emerge o campo e institucionaliza-se o quadro para formar sua estrutura.

Essas contribuições de Fligstein à Sociologia Econômica são importantes para uma melhor compreensão das dinâmicas de processos como a construção social de mercados, já que os atores sociais passam a ser visto não apenas como reprodutores de estruturas nas quais estão inseridos, mas sim como sujeitos dotados de capacidade para alterar a correlação de forças dentro de um determinado campo (ABRAMOVAY, 2006).

Construção social de mercados

O termo “construção social de mercados” teve seu uso formalizado pelo autor italiano Arnaldo Bagnasco, em sua obra de 1988 intitulada *La costruzione sociale del*

mercato. Muito pouco conhecido no Brasil por esta produção, tempos depois o nome do autor apareceria como um dos estudiosos do processo de desenvolvimento envolvendo a Terceira Itália e seus distritos industriais. O termo Terceira Itália fora também empregado pela primeira vez por Bagnasco no final dos anos 1970 para designar um fenômeno de desenvolvimento que ocorria na região Nordeste e Centro daquele país. A análise do crescimento rápido, mas sólido e durador, calcado em pequenas e médias empresas, levou o autor a contrapor aquela região ao Norte desenvolvido, que se encontrava em crise (“primeira Itália”), e ao Sul atrasado (“segunda Itália”).

Juntamente com outros autores, Bagnasco mostrará que o processo de desenvolvimento remete a formas específicas de interação social, que combinam fatores ligados a história, as tradições e a confiança expressa, por exemplo, nos laços comunitários e nos valores sociais, aspectos que poderiam ser circunscritos a cultura local, e aspectos mais ligados a lógica dos mercados, tais como flexibilidade e produtividade, caracterizando um processo de industrialização difusa formada por redes de pequenas e médias empresas (PMEs). Esses autores não entendem esse processo como “dado”, mas como originado de uma série de condições socialmente construídas de forma intencional por diversos atores e organizações.

Recorrentemente citada quando se analisa caminhos alternativos, a experiência dos distritos industriais da chamada Terceira Itália permite enriquecer as teorias sobre desenvolvimento pela explicitação da forte interação entre economia e sociedade. Nesse processo, desmentindo o mercado como um livre jogo de forças em que sobressai o individualismo, prevaleceram fortes vínculos de cooperação e confiança sob os quais as transações mercantis, imbricadas em redes concretas de relações sociais, impulsionaram um vigoroso processo de desenvolvimento territorial.

Sem dúvida que, como advertem autores que abordam essa experiência (RAUD, 1999; BAGNASCO, 2001; PUTNAM, 2002; URANI, 2004, entre outros), não existe receita ou um modelo replicável a partir desse caso específico, não obstante ele traga constatações importantes que ressaltam ingredientes essenciais que podem também servir a outras experiências, como o papel ativo dos atores e os laços sociais estabelecidos entre eles que, acrescidos de fatores endógenos e exógenos àquela região, mostram-se determinantes

daquele virtuosismo. Serve também para mostrar que outras formas de organização trabalhista e produtiva não são apenas válvulas de escape para momentos de queda dos empregos formais, mas que podem ser altamente eficientes, como demonstra a experiência que fez da Terceira Itália “um dos territórios que mais cresceram no mundo nas últimas décadas” (COCCO *et. al.*, 2002, p. 28). Para isso, os sistemas locais de desenvolvimento devem centrar-se na ideia de construção social e política de mercado, com um caráter público da produção e com a cidadania adquirindo um significado intrinsecamente econômico, como apontam Cocco *et. al.* (2002), ao refletirem sobre a realidade brasileira à luz da experiência italiana em foco.

Outro aspecto importante refere-se às condições locais para essas experiências de desenvolvimento. Como se tornou comum nas discussões em torno do chamado *capital social* em sua relação com o tema do desenvolvimento, disseminadas, sobretudo, pela obra de Robert Putnam (2002) e de outros autores que tratam das experiências bem sucedidas dos distritos industriais da Terceira Itália (RAUD, 1999; BAGNASCO, 2001; URANI *et. al.*, 2002), uma série de condições favoráveis de princípio são tidas como fatores cruciais do sucesso no desenvolvimento dessas regiões, produtos da ação coletiva e do senso cívico. Becattini (2002), por exemplo, cita que diversos especialistas identificam um “estado de espírito”, baseado no desabrochamento pessoal, e um sentimento intenso de pertencimento a comunidade local, como características do desenvolvimento dos distritos industriais italianos, nos quais sobressai como traço dominante mais representativo a interpenetração e sinergia entre atividade produtiva e vida cotidiana.

Uma perspectiva específica sobre *capital social* advém das reflexões de Granovetter, autor inaugural da Nova Sociologia Econômica, quando trata do tema das redes sociais. Contraposta à visão que ressalta a “força dos laços fracos”, aquele autor chama a atenção para o perigo de um “excesso de capital social”, que se revelaria “quando todos os atores giram em torno de uma mesma rede social” (WILKINSON, 2002, p. 815), limitando seu raio de ação.

Essa perspectiva se mostra interessante porque ela problematiza a noção de que o *capital social* seria um desdobramento natural de comunidades em que os laços sociais sejam fortalecidos. O que se procura enfatizar trazendo essas visões à luz é que, ainda que

elementos sejam identificados em experiências como a da Terceira Itália, em que as relações sociais são relevantes para o desenvolvimento, não obstante não existe uma fórmula inequívoca que possa ser aplicada a toda e qualquer região. Em outras palavras, uma questão que permanece em aberto e que tem que ser feita quando se volta para a análise de experiências concretas é: *de onde vem o capital social que determina o desenvolvimento?*

Relevante chamar a atenção sobre importância da visão trazida pela sociologia econômica sobre a construção social de mercados por ela favorecer abordar mercados como fenômenos sociais e compreender internamente esses processos. A perspectiva teórica fundada na Sociologia Econômica permite descortinar uma série de fatores cruciais para o entendimento da formação de mercados, em outras palavras, do seu processo de “invenção social” (POLANYI, 2000). A influência mútua entre fenômenos econômicos e sociedade, considerando que relações sociais se entrelaçam com a vida econômica no processo de formação dos mercados, lança luz a uma série de aspectos envoltos a reciprocidade, cooperação, solidariedade, enfim, as interações entre atores, suas ações e a estrutura social.

A consideração desses aspectos analíticos possibilita construir uma visão de que mercados são configurações de interesses econômicos e relações sociais que se estabelecem de diferentes formas, sob condições específicas de sua formação histórica em determinado território (ABRAMOVAY, 2006; MAGALHÃES, 2007). Como dito anteriormente, em poucas palavras, pode-se retomar que a Sociologia Econômica considera nesse processo interações complexas entre diversos agentes, não sendo restritas as relações construídas entre eles ao campo econômico. No rol de explicações possíveis, isso se opõe a ideia da “mão invisível”, como afirma a teoria econômica ortodoxa acerca de tal fenômeno social (GARCIA-PARPET, 2003).

Em termos práticos, quando se volta para preocupações sobre o tema desenvolvimento em regiões tradicionalmente atrasadas, necessário pensar como se opera esse processo. Como se cria capital social? Que papel podem desempenhar os atores, quem seriam eles e que papel desempenhariam? Que papel cabe ao Estado, sobretudo em realidades como a nossa, em que o poder público desempenha um papel importante no combate às desigualdades?

Em busca de elementos que possam contribuir para respostas a essas perguntas, apresenta-se no próximo tópico resultados de pesquisa empreendida na região do Semiárido nordestino, resultados esses os quais aqui se compreende lançarem luz à problemática apontada.

O caso da construção social de mercados do leite caprino

O processo de construção social de mercados da caprinovinocultura no Semiárido Nordeste pode ser entendido como um novo arranjo com significativo potencial de combate à pobreza. Este processo é induzido por uma *rede de entusiastas da caprinovinocultura*, formada por agentes-chave ligados a um conjunto de organizações. Além deles, o governo federal, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com alguns estados do Semiárido, desenvolve Programas do Leite, política pública que visa garantir mercados para os produtos da agricultura familiar. No nível local, associações de criadores e gestões municipais específicas complementam um capilarizado movimento que tem garantido – apesar de diversos entraves – o avanço dessas experiências, aliando tradição e vocação regional com inovação e inclusão social produtiva de parcelas pobres da população. Sob uma perspectiva de entrelaçamento entre vida econômica e vida social, procura-se analisar este movimento de inserção social via produção e consumo de enormes proporções.

Este artigo insere-se na modalidade pesquisa qualitativa, usando como estratégia estudos de caso e tendo como referência três experiências na área de caprinovinocultura no Semiárido nordestino: *Programa Municipal de Apoio a Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura – Procap*, ligado à Gerência Executiva da Agricultura e Recursos Hídricos da Prefeitura de Mossoró (RN); *Turismo como Alternativa de Desenvolvimento no Semi-Árido*, da Prefeitura Municipal de Cabaceiras (PB); e *Projeto Tejubode: Mais que uma Festa, uma Idéia de Desenvolvimento*, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Tejuçuoca (CE).

O trabalho intitulado *Nova Classificação do Semi-árido Brasileiro* (2005)², do Ministério da Integração Nacional define que a área oficialmente reconhecida como semiárida no Brasil corresponde atualmente a 969.589,4 quilômetros quadrados, sendo composta por 1.133 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais, totalizando uma população de 20.858.264 milhões de pessoas, com 44% delas residindo na zona rural. Segundo essa mesma fonte, essa população total faz com que a região seja tida como aquela de clima semiárido mais populosa do mundo.

No Nordeste, a caprinovinocultura é uma prática existente há praticamente cinco séculos, iniciada com a introdução de caprinos e ovinos pelos colonizadores europeus no século XVI. Estes animais se disseminaram de forma impressionante na Região, passando a se constituir num importante elemento da cultura regional. Não obstante, o manejo tradicional e a piora genética dos rebanhos tornam a prática pouco produtiva face a seu potencial econômico. Nesse contexto, estes animais são em geral vistos de maneira inferiorizada em comparação ao gado bovino, cuja criação na região ligar-se-ia historicamente a *status* social, sendo os caprinos e ovinos em geral denominados *miunça* na cultura regional, que significa “criação de pouco valor”.

No mais das vezes, para aqueles habitantes dos sertões Nordestinos em melhores condições, como os grandes fazendeiros, criar caprinos e ovinos era visto como “teimosia de gente pobre”, uma “atividade marginal e sem futuro”, ainda que garantisse carne para o consumo cotidiano, leite como fonte principal de proteínas para as crianças dos trabalhadores rurais e pele, tida como “moeda” para as necessidades mais imediatas das famílias pobres (NOBRE, 2007, p. 1).

Pragmaticamente, no entanto, essa hierarquização torna-se contraditória na medida em que se verifica que a criação destes animais é mais adaptada às condições do Semiárido

² De acordo com esse estudo do Ministério da Integração Nacional, para a nova delimitação do Semiárido brasileiro, fora formado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tomou por base três critérios técnicos para esta nova classificação: “I. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II. Índice de acidez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período de 1961 e 1990; e III. Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Esses três critérios foram aplicados consistentemente a todos os municípios que pertencem à área da antiga SUDENE, inclusive os municípios do norte de Minas e do Espírito Santo”. (www.integracao.gov.br/.../download.asp?...semi_arido...semi_arido).

que o gado bovino, tendo seu potencial econômico ampliado quando observadas certas condições de manejo e recomendações técnicas pelos criadores.

Mesmo frente a diversas evidências, chama a atenção a resistência que incide contra o potencial da caprinovinocultura na região no âmbito da produção por parte dos pequenos agricultores familiares. Grosso modo, pode-se dizer que continua imperando, em diversas regiões do Semiárido, uma atividade de subsistência, numa rotina que se perpetua através das gerações, com resultados muito aquém daqueles que as possibilidades técnicas já existentes permitem, conforme observa Molina Filho³ (1981 apud OLIVEIRA et.al., 1995).

Em suma, ovinos e, sobretudo, caprinos, foram amplamente disseminados nos sertões Nordesteiros ao longo dos séculos, mas nesse período também vêm sendo historicamente ignorados em sua potencialidade econômica, prestando-se a um consumo de caráter doméstico e, quando muito, ao abastecimento de mercados de proximidade, sendo criados em moldes tradicionais: criação doméstica e ultraextensiva, com animais soltos na Caatinga, com baixa produtividade e principalmente voltada para exploração esporádica da carne. E nesse ponto, um dado chama a atenção. Por um lado, a desorganização da prática da caprinovinocultura vem condicionando uma demanda reprimida, dada a baixa oferta de produtos, sobretudo aqueles de qualidade condizente com o abastecimento de mercados mais estruturados. Por outro, mesmo para a demanda existente, a desarticulação em torno da atividade obriga, por exemplo, a importação de carne para atendimento do significativo mercado Nordesteiro desse produto. Recentemente, estimou-se o “déficit de carne de caprinos e ovinos em torno de 13 mil toneladas / ano” (NOBRE, 2007, p. 26) naquela Região⁴. Esse mesmo autor, baseado em levantamento de informações junto a comerciantes das redes de supermercados, mercados públicos, mercados privados (de pequeno e médio

³ MOLINA FILHO, J. Um modelo estrutural-cultural para os estudos de difusão de inovações na agricultura brasileira. *Revista de Economia Rural*. Brasília, 19, n. especial, p.29-46, 1981.

⁴ No Brasil, há estimativas que demonstram que o consumo de carne desses animais não chegue a 700g habitante/ano, enquanto que em países do chamado primeiro mundo ele varie de 20 a 28 kg habitante/ano. Mesmo sendo relativamente baixo o consumo nacional, dados mostram que, para atender a demanda interna, vem sendo necessária a importação de carne caprina, que passou de US\$ 833 em 1996 para US\$ 17,1 mil em 2000, e a importação de carne ovina, que passou de 2,3 mil toneladas em 1992 para 14,7 mil toneladas em 2000, representando neste último caso um crescimento acima de 600 %. Nesse sentido, pode-se dizer que a atividade aponta para um negócio com grande potencial de expansão no Brasil, ainda que seja necessário para isso vencer uma série de obstáculos como a falta de maior organização dessa cadeia produtiva, com destaque para necessidade de melhor estruturação de canais de comercialização, entre outros aspectos (<http://www.cnpc.embrapa.br/artigo-8.htm>).

porte), casas de carne, feiras livres, restaurantes, hotéis e pousadas, mostra que há uma grande demanda por esses produtos. Segundo aquele estudo, a maioria dos comerciantes entrevistados afirmara que revenderia bem mais se houvesse volume maior, melhor qualidade dos produtos e regularidade nesse abastecimento por parte de fornecedores. Nobre (2007) também observa que, no que se refere ao leite caprino, foi constatada a generalizada ausência desse produto e seus derivados em todos os pontos de vendas pesquisados na região da Grande Natal (RN).

Nesse sentido, qualquer transformação nesse cenário implica numa mudança de perspectiva sobre esses animais e seu potencial econômico. Não por acaso, além de iniciativas próprias no âmbito da agropecuária voltadas para transformações nas formas e nos parâmetros técnicos de manejo por parte dos caprinovinocultores, os três municípios estudados realizam “festas do bode”⁵, eventos multifacetados que exploram o universo simbólico em torno da valorização da figura desses animais, revelando dispositivos de um peculiar *marketing* de promoção muito bem sucedido que vem sendo inclusive replicado por outros municípios do Nordeste dado o sucesso obtido nestas experiências pioneiras neste segmento.

É no bojo desse quadro de resignificação que se destaca um incisivo e recente movimento, expresso por aquilo que se denominou nas pesquisas realizadas por *rede de entusiastas da caprinovinocultura*, formada por agentes ligados a diferentes organizações: agrônomos, veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas, criadores e lideranças de associações, pesquisadores, professores, gestores públicos e políticos. Compartilhando da visão que diagnostica aspectos altamente favoráveis à caprinovinocultura, estes agentes procuram elevá-la a um novo patamar de *status*, conjuntamente à difusão de técnicas apropriadas de criação aos pequenos proprietários rurais para que eles alcancem melhores condições de vida por meio desta prática.

A identificação da *rede de entusiastas* se deu de forma processual com o andamento das pesquisas, sobretudo a partir de sua primeira fase de campo, momento no qual foi sendo possível perceber uma série de conexões entre agentes e, mais que isso, um universo

⁵ No caso de Mossoró (RN), a “Festa do Bode”; em Cabaceiras (PB), a “Festa do Bode Rei”; em Tejuçuoca (CE), a “Festa Tejubode”.

cognitivo partilhado (DIMAGGIO, 2003), revelado por visões de mundo muito semelhantes no que tange à compreensão sobre o Semiárido, à caprinovinocultura e à agricultura familiar.

Compartilhando dessas visões, diversos agentes procuram disseminar novos valores e práticas visando transformar uma realidade marcada pela pobreza e pela subutilização de um potencial agropecuário. Essa atuação acaba por evidenciar tensões entre tradição e tentativas de sua revisão, num processo árduo de transformação. Alguns desses *entusiastas* são técnicos e pesquisadores ligados especialmente a organizações como Empresas Brasileira de Pesquisa Agropecuária (especialmente Unidade Caprinos e Ovinos – Sobral/CE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Universidades Federais, em algumas de suas unidades instaladas nos três estados enfocados. Outros atuam como gestores públicos e dirigentes de associações de criadores e, em casos recorrentes, de alguma forma, já estiveram vinculados ao Sebrae, sendo que alguns ainda hoje se mantêm paralelamente como consultores dessa organização, que tem como característica congregar um grande número de profissionais na condição de “prestadores de serviço”. Além dessas organizações, outras participam desse processo, entre elas a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (EMEPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), entre outras.

Ainda que caprinos e ovinos, desde sua introdução no território, tenham demonstrado grande identidade com a semiaridez do Nordeste, o movimento identificado da *rede de entusiastas da caprinovinocultura* é relativamente recente em sua atuação em prol de uma exploração técnico-racional focando a potencialidade econômica da atividade. Nas pesquisas realizadas constatou-se um significativo dinamismo, especialmente em torno da prática da caprinocultura leiteira, como sendo um movimento que se inicia a partir da segunda metade da década de 1990 e, de maneira mais incisiva, a partir do ano 2000.

As transformações observadas estão diretamente relacionadas a uma perspectiva de cadeia produtiva do leite caprino. Em outras palavras, seria muito difícil este movimento vir se desenvolvendo de maneira bem sucedida se, numa das pontas da cadeia da caprinocultura leiteira não existisse uma política pública como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no caso específico a modalidade PAA Leite, Programa do governo federal

desenvolvido em parceria com estados do Semiárido. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Estado desempenha nesse processo um papel central mediante política pública específica que aloca recursos financeiros que estimulam à construção de mercados para o leite caprino, induzindo à participação de novos agentes, à dinamização da produção e o estímulo ao consumo.

A origem do PAA remonta à época de formulação do projeto do Programa Fome Zero, lançado em outubro de 2001 pelo Instituto de Cidadania para debate público, sendo instituído oficialmente em julho de 2003, pela Lei n. 10.696. Os produtos adquiridos pelo PAA têm um duplo destino. Uma parte segue diretamente para populações em situação de insegurança alimentar, através da compra governamental e repasse para distribuição aos beneficiários via organizações que atuam localmente, sendo que o restante tem como objetivo a formação de estoques estratégicos.

A modalidade *Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite*, também conhecida como “Programa do Leite” ou “PAA – Leite”, destina-se apenas a municípios do Nordeste e Norte de Minas Gerais, região muito próxima àquela equivalente a do Semiárido. Tem por objetivo específico propiciar o consumo do leite pelas famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional e incentivar à produção familiar deste alimento.

Pelas suas características, na prática, o PAA conecta a produção da agricultura familiar, incentivando sua produção e comercialização conjuntamente com o atendimento a populações em situação de risco alimentar. Para que o pequeno agricultor familiar participe e tenha garantia de compra do seu produto a preço fixo pelo governo, as exigências são: produzir no máximo 100 litros de leite por dia, com prioridade para os que produzam uma média de 30 litros por dia; respeitar o limite financeiro semestral de R\$ 3.500,00 por produtor; possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) dentro das categorias de “A” a “E”; e realizar a vacinação dos animais⁶.

Com o Decreto nº 6.447 de maio de 2008, diferentemente das outras modalidades de produtos, para o caso do leite estipulou-se que esse valor de R\$ 3.500,00 seria referente ao período semestral. Na prática, portanto, o valor subiu para até R\$ 7 mil/ano.

⁶ (<http://www.mds.gov.br/servicos/fale-conosco/seguranca-alimentar-e-nutricional/gestor-tecnico-municipal/programa-do-leite/>).

Quando se contrapõem o quadro atual com a literatura produzida na primeira metade da década de 1990, é possível perceber ideias embrionárias que em suas diretrizes centrais tornaram-se realidade quando se analisa o atual estágio da caprinocultura leiteira do Nordeste, com seu processo de institucionalização refletida em políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, em especial na sua modalidade “PAA Leite”. Em artigo seminal de 1994, *Caprinocultura leiteira no Brasil – estado da arte e perspectivas*, que sintetiza os aspectos mais importantes da área, os dois autores, agentes-chave da *rede de entusiastas*, já chamavam a atenção para a necessidade da participação de órgãos governamentais através de programas de incentivo à produção e, também, ao consumo de leite caprino, tanto sob o ponto de vista social quanto pelo perfil da maioria dos produtores do Nordeste. Entre outros aspectos, para aqueles autores, entre as medidas a serem tomadas estaria a “aquisição do produto destinado a programas de alimentação em escolas e/ou creches públicas municipais, estaduais e/ou federais, [que] poderiam representar um impulso positivo para a afirmação da caprinocultura leiteira no País” (PIMENTA FILHO *et. al.*, 1994, p. 58). Passados alguns anos, tais recomendações se materializaram em ações como o PAA Leite e seus desdobramentos em Programas Estaduais do Leite, vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos, do governo federal.

Somada às informações obtidas por meio de entrevistas que demonstram uma ativa atuação política de agentes da *rede de entusiastas*, exemplos como esse sugerem um papel de influência desses atores em políticas públicas do setor, definindo estratégias e as orientando a partir do fornecimento de conteúdo fruto de sua expertise. Ao trazerem a caprinovinocultura como alternativa de desenvolvimento para o Semiárido, revela-se sua influência no processo de construção de uma agenda pública voltada para a agricultura familiar.

Dado o seu relativo pouco tempo de existência, pode-se esperar que desdobramentos dessa política pública ainda se concretizem, demandando análises sobre seus impactos no futuro. No caso em questão, o que se verifica, tanto pela análise da literatura, mas sobretudo por meio das pesquisas e dos depoimentos tomados em campo, o PAA Leite tem gerado um considerável impacto, servindo de norte para o fomento da cadeia produtiva do leite caprino, dinamizando novas sociabilidades e práticas de mercado no estrato da agricultura familiar do

Semiárido. Como apontam França *et.al.* (2006), além do incentivo orientado para a expansão da produção, modernização, aumento da competitividade dos produtos, este Programa contribui para a criação de demanda para o leite caprino.

Nesse sentido, o Programa do Leite pode ser compreendido como tendo um papel estruturador da produção de leite de cabra, ao possibilitar, com enorme capilaridade, a inclusão de novos produtores. A garantia da compra dessa produção e o estímulo gerado pela segurança desse mercado coordenado pelo Estado significam a indução para a construção de um segmento produtivo que, em última instância, parece demonstrar-se capaz de almejar uma maior autonomia futura frente às compras governamentais. Dessa forma, a análise desse processo enfraquece críticas que atrelam de forma intrínseca a própria gênese de políticas públicas como o PAA a capacidade de autonomia e construção de práticas sustentáveis por parte dos beneficiários para além do alcance fomentador da atuação estatal.

Referencias

ABRAMOVAY, Ricardo. Para una teoría de los estudios territoriales. In *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Compilado por Mabel Manzanal y Guillermo Nieman - 1 ed. - Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2006.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007. 294 p.

BAGNASCO, Arnaldo. *La costruzione sociale del mercato*. Bologne: IL Mulino, 1988. 184 p.

BAGNASCO, Arnaldo. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001. 374 p.

BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: URANI, André.; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander P. (Orgs.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 269 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). *Nova Classificação do Semi-árido Brasileiro*. Brasília, 2005. Disponível em: <www.integracao.gov.br/.../download.asp?...semi_arido...semi_arido...>. Acesso em: 22 out 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mda.gov.br/arquivos/2246122211.pdf>. Acesso em: 10 jul 2009.

COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander P.; SILVA, Mirela C. P. da. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para realidade brasileira. In: _____ (Orgs.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 269 p.

DIMAGGIO, Paul. Aspectos culturais da ação e da organização econômica. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (Eds). *A Nova Sociologia Econômica*. Oeiras: Celta, 2003, pp.167-194. 254 p.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. José Albertino Rodrigues (Org.). São Paulo: Ática, 1978. 1 v. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

FRANÇA, Francisco et. al. Análise econômica e financeira de um modelo teórico de produção de leite caprino para unidades familiares no semi-árido do Rio Grande do Norte. In: LIMA, G. F. da C.; HOLANDA JÚNIOR, E.V.; MACIEL, F.C.; BARROS, N.N.; AMORIM, M.V.; CONFESSOR JÚNIOR, A.A.. (Orgs.). *Criação familiar de caprinos e ovinos no Rio Grande do Norte: orientações para viabilização do negócio rural*. 1 ed. Natal, RN: EMATER-RN / EMPARN / Embrapa Caprinos, 2006, p.105-119.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas – RAE*. São Paulo, v. 47, n. 2, p.61-80, abr/jun, 2007.

GARCIA-PARPET, Marie. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.20, abril de 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/vinte/parpet20.htm>>. Acesso em: 14 mai 2008.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.78, n.6, p.1360-1380, may 1973.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE Eletrônica*, São Paulo, v.6, n.1., jn./jun, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482007000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 jan 2008.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o *Ensaio sobre a Dádiva*. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n.14, p.173-194, jun, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/n14/a10n14.pdf>. Acesso em: 11 set 2008.

MAGALHÃES, Reginaldo S. Habilidades Sociais no Mercado de Leite. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, São Paulo, v.47, n.2, p.15-25, 2007.

MARTES, Ana C. B. et.al. Fórum Sociologia Econômica - Apresentação. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, São Paulo, v.47, n.2, p.10-14, 2007.

MARTES, Ana C. B. (Org.). *Redes e sociologia econômica*. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 336 p.

NOBRE, Fernando V.; ANDRADE, José D. Panorama da Produção de Leite caprino no Rio Grande do Norte. 2006. *mimeografado*.

- NOBRE, Fernando V. A caprinovinocultura no Rio Grande do Norte. Aspectos mercadológicos na Grande Natal. 2007. *mimeografado*.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 9ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000. 352 p.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5 ed. São Paulo: FGV Editora, 2002. 260 p.
- RAUD, Cécile. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 1999. 276 p.
- RAUD, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.20, n.57, p.127-208, feb. 2005(a).
- RAUD, Cécile.. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política e Sociedade*, Florianópolis, n.6. p.59-82. 2005(b).
- RAUD, Cécile. Os alimentos funcionais: a nova fronteira da indústria alimentar análise das estratégias da Danone e da Nestlé no mercado brasileiro de iogurtes. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 2008, v.16, n.31, p. 85-100. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n31/v16n31a08.pdf>. Acesso em: 05 jun 2009.
- STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006. 134 p.
- SWEDBERG, Richard. A Nova Sociologia Econômica: O que já se atingiu, o que se seguirá? In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (Eds). *A Nova Sociologia Econômica*. Oeiras: Celta, 2003. p. 229-253.
- SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.16, n.2, p.7-34, 2004.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. 364 p.
- URANI, André. Construção de mercados e combate à desigualdade. In *Reformas no Brasil: Balanço e Agenda*. GIAMBIAGI, Fabio; REIS, José G.; URANI, André (Orgs.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 505-526.